

## O DESENVOLVIMENTISMO EM AÇÃO: “Milagre” e o governo Sarney

Raíssa Caroline Macau Mendes\*

### Resumo

No pós-golpe de 1964, o Brasil adentra a um novo paradigma na política e economia, abrindo subsídios ao capital financeiro e estrangeiro, mas também as perspectivas frente aos planos econômicos desenvolvidos ao longo da Ditadura Empresarial-Militar. O presente trabalho tem como foco pensar e analisar a questão desenvolvimentista presente no Maranhão, sobretudo, no governo estadual de José Sarney, destacando as singularidades políticas e econômicas existentes na dinâmica maranhense. A exemplo disso o plano do “Milagre Maranhense” acoplado ao “Maranhão Novo”, dando ênfase as ações desenvolvidas ao longo do governo e salientando a inauguração das diversas prerrogativas em prol do “desenvolvimento”. Assim, a centralidade do trabalho estará no estudo das atividades pleiteadas na administração de Sarney e, conseqüentemente, o impacto gerado no âmbito da política, como também da sociedade.

**Palavras-Chave:** Ditadura Empresarial-Militar, Governo Sarney, Desenvolvimentismo.

### INTRODUÇÃO

O pós-golpe de Estado de 1964 deu aberturas às ações daqueles que estavam em alinhamento ao governo Empresarial-Militar, dando subsídios por meio de planos econômicos desenvolvidos ao longo da Ditadura para implementação de dinâmicas nos setores do Estado Restrito, como também, na Sociedade Civil com intuito de sustentação e funcionamento dos projetos que então viriam a ser hegemônicos, além de objetivar a popularidade, utilizando fatores em prol do desenvolvimento e deixando de lado o atraso consentido por outros governos. No Maranhão não foi diferente, pois com a entrada de José Sarney à gestão administrativa do estado as relações governamentais seriam uma condição propícia às ações de gerenciamento, quer dizer, o desempenho das políticas que estivessem voltadas ao desenvolvimentismo, à popularidade e às ações imediatas seriam uma questão central da diretriz do governo, ou seja, a perspectiva de um “Maranhão Novo” e, conseqüentemente, o desenvolvimento do “Milagre

---

\*Graduanda do 8º Período de História pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). Bolsista BATI/UEMA, Pesquisadora do Núcleo de Pesquisa em História Contemporânea (NUPEHIC), coordenado pela Prof.ª Dr.ª Monica Piccolo.

Maranhense”, objetivando as ações políticas das Superintendências e Planos Econômicos presentes no Maranhão durante o governo de José Sarney entre 1966 e 1970.

## **BREVE HISTÓRICO DO GOVERNO JOSÉ SARNEY NO MARANHÃO**

O projeto político do governo de José Sarney, a partir de 1966, visava a abertura para investimentos de diversos setores econômicos e, nessa conjuntura, as relações políticas eram de extrema importância para a inserção do capital, haja vista as percepções que o Maranhão deveria tomar frente aos estados do Centro-Sul, ou seja, a política do “Maranhão Novo” exemplificava “novos tempos” ao estado.

Diante da tomada militar, a dinâmica brasileira muda completamente, dando início a uma nova execução aos poderes governamentais em cunho federal, mas também nas fronteiras dos poderes estaduais. Dessa forma, aqueles que estavam contra o novo governo seriam, de alguma forma, “tirados” e posto um aliado no lugar. Não foi diferente no Maranhão, pois o domínio estadual *vitorinista*<sup>2</sup> não estava nos parâmetros dos ditames ditatoriais do governo.

Nessa conjuntura que a candidatura de José Sarney foi apoiada pelos militares na figura do presidente-general Castelo Branco. Assim, dava-se início a uma nova ideia do que seria o Maranhão no futuro, fazendo oposição a oligarquia de Vitorino Freire, a política oposicionista se denominava *Oposições Coligadas* que segundo Wagner Cabral da Costa em sua dissertação de mestrado intitulada *Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão* (2001) diz:

[...] Oposições Coligadas supõe implicitamente uma teleologia, qual seja, a de um movimento político ascendente, que foi progressivamente fabricando e conquistando espaços de poder até produzir uma ruptura com o *status quo* estabelecido, alterando de forma radical a estrutura política com a derrota do *vitorinismo*. Esta concepção pressupõe uma relação antitética (e maniqueísta) entre os dois grupos envolvidos na arena política: de um lado, Vitorino Freire e seus pares, encarnando a **Ocupação**, um projeto autoritário e contrários às tradições maranhenses, perpetuando-se no poder através da violência e da fraude eleitoral, e do outro, as Oposições Coligadas, depositárias das legítimas tradições de liberdade e cultura da terra timbira, consubstanciando um projeto

---

<sup>2</sup>“O *vitorinismo* foi um *coronelismo*, por propender sempre a controlar o poder político por meio do exercício de um *mandonismo* sobre as formas superestruturais do sistema de poder do Estado. De suas formas de ação, excluía-se a propensão para a dominação econômica. Nesse caso (no plano do Estado), essa dominação se processava de forma indireta, ou seja, por meio do apoio que dispensava às suas bases de sustentação, pela concessão de garantias específicas. No plano político propriamente dito – esfera exclusiva do interesse do *vitorinismo* –, sua ação se centrava no controle dos partidos políticos e das sub-lideranças políticas com ele identificadas, que, juntamente com os coronéis do Estado, davam a configuração real do *vitorinismo*, o qual foi, portanto, um *coronelismo* por ter se vinculado, embora indiretamente, à existência de outro elemento que assegura a forma do *coronelismo*: a propriedade privada.” (CALDEIRA Apud PEREIRA, 2008, p. 25).

liberal, progressista e “salvacionista” para o Maranhão – a **Campanha de Libertação**. (COSTA, 2001, p. 11. **Grifos do autor**).

As propostas do “Maranhão Novo” seriam um novo momento para o estado, permitindo, literalmente, o fim da oligarquia vitorinista. O que se tem sobre as metas dessa proposta é que daria uma nova chance de desenvolvimento em vários setores, no qual se encaixam a política, economia, cultura, infraestrutura, educação e indústria, sancionando a resposta da inovação maranhense na figura do recém-eleito governador Sarney. A ideia de incorporar uma nova política no estado, trazendo elementos “novos” era elencar pontos que estivessem ligados aos procedimentos e programas políticos e econômicos a nível federal. Para oposição vinculada ao Regime Empresarial-Militar, a primeira vitória do “Maranhão Novo” foi a entrada de José Sarney ao governo do estado, propiciando início as progressas do governo federal. Dessa forma, “a articulação com o centro político nacional foi essencial para a ascensão da nova liderança regional” (COSTA, 1997, p. 06), ou seja, as relações estreitas entre governo estadual e governo militar seria o “pontapé” para as diversas medidas feitas por Sarney.

A incorporação do “Maranhão Novo” às instâncias da sociedade configura os procedimentos adotados pelo governo maranhense, dando vazão à entrada de investimentos capitalistas com intuito de “tirar” o Maranhão do subdesenvolvimento, quer dizer, um caráter modernizador aos moldes conservadores. Nesse aspecto, as contribuições dos jornais locais, como *O Imparcial* e *O Dia*, foram de grande relevância para a consolidação do projeto, além da parceria direta com políticas autoritárias dos militares. “Iniciava-se a escalada de José Sarney ao comando da política estadual, pautada em seu projeto de modernidade para o Maranhão” (COSTA, 1997, p. 06).

Diante disso, muito impulsionou a política do “Maranhão Novo” na perspectiva de destacar alianças nos setores do Estado Restrito, mas também na Sociedade Civil; utilizando mecanismos estruturais e projetos arquitetados pelos Intelectuais Orgânicos, sendo o próprio Sarney a principal figura em toda a conjuntura de pensamento. Além disso, as divulgações dos Aparelhos Privados de Hegemonia destacam a funcionalidade na dualidade entre Estado e Sociedade, apresentando indícios de apoio e reverência ao novo governador. Em um artigo intitulado *O Novo Maranhão* presente no jornal *O Dia*, é visível a concordância frente às novas disparidades governamentais.

*Há uma atmosfera nova no Maranhão. São Luís vai acordar de um longo sonho para integrar-se de corpo e alma no processo de desenvolvimento do Norte/Nordeste. As recentes eleições diretas levaram o aristocrático e abandonado Palácio dos Leões um novo governante. Gente nova com ideias*

novas, derrubando uma situação política que há vinte anos dominava o mais *potencialmente rico estado nordestino*. [...] São palavras de fé que traduzem o verdadeiro significado de mudança iniciada em nossa Terra pelos eleitores no pleito livre e limpo de outubro de 65, a que prossegue desde 31 de janeiro, com a administração do governo José Sarney [...]. (O Dia, 11/06/1966, p. 03, *grifos nossos*).

Nesse sentido, nas prerrogativas do “Maranhão Novo”, entendendo a multiplicidade das diversas conjunturas políticas e econômicas, um ponto importante a se destacar na política do “Milagre Maranhense”, objetivando o alcance na questão desenvolvimentista, são os altos índices econômicos, incorporações de projetos e a questão fundiária no Maranhão.

Esta “mudança” significou a incorporação do Maranhão ao projeto autoritário, excludente e repressor do regime militar, ao seu projeto de modernização conservadora. Significou ainda uma maior abertura ao processo de expansão do capitalismo monopolista na Amazônia, o qual aprofundou as desigualdades sociais, acelerou o processo de concentração fundiária, assim como a violência, a grilagem e a expulsão dos trabalhadores de suas terras, aumentando enormemente os conflitos no campo em toda a região. Por outro lado, o governo Sarney (1966-70) anunciava um Maranhão Novo, uma nova época de prosperidade e modernização. Os jornais comentavam sobre o “milagre maranhense”, pois a economia estaria crescendo a índices bastante elevados. Falava-se também em “desenvolvimento com justiça social”. [...] Os governos estaduais seguintes, comprometidos com a lógica de expansão do capitalismo, continuaram falando – e muito – em desenvolvimento, crescimento econômico, modernização, enfim, do Novo Maranhão que estaria surgindo. No final dos anos 1970 e nos anos 1980, alardeava-se o progresso que chegaria através dos projetos do Programa Grande Carajás (com destaque para a ferrovia da Vale do Rio Doce e para a instalação da multinacional ALUMAR em São Luiz). O governo e os jornais noticiaram que haveria um milhão de empregos (isso mesmo, um milhão!) para os maranhenses, o que elevaria as condições de vida e trabalho de toda a população. (COSTA, 2002, p. 15-16).

Assim sendo, o “Milagre Maranhense” tinha como premissa as relações econômicas com os planos econômicos, envolvendo o capital financeiro e multinacional, quer dizer, a abertura econômica, promovida pela ação estatal, favoreceu diretamente a burguesia empresarial, no que a atuação das Superintendências será de fundamental importância. Além disso, politicamente foram viabilizadas as prerrogativas para a tramitação de projetos que se desdobraram na consolidação da concentração de terras, favorecendo a formação de latifúndios e inviabilizando qualquer possibilidade de Reforma Agrária. Em outras palavras, a dinâmica de funcionamento do projeto de “Milagre Maranhense”, pautado no desenvolvimento dos setores industriais e de infraestrutura, tem como um de seus alicerces a chamada Lei de Terras de 1969<sup>3</sup>,

---

<sup>3</sup>Lei nº 2.979, aprovada em 17 de julho de 1969, e regulamentada pelo Decreto 4.028 de 28 de novembro de 1969.

conhecida também como, Lei de Terras Sarney, que promoveu subsídios para a consolidação do latifúndio<sup>4</sup> no Maranhão. No entanto, o foco principal deste artigo é relacionar as ações das Superintendências na política e economia do Maranhão no período de 1966 e 1970.

Contudo, pensar as perspectivas da política do “Maranhão Novo” é destacar as facetas desenvolvidas ao longo do governo Sarney: 1) a lógica do “Milagre Maranhense”; 2) abertura ao capital financeiro e estrangeiro; 3) acessibilidade a concentração de terras por meio da Lei de Terras de 1969 e 4) a modernização e questão desenvolvimentista.

### **DESENVOLVIMENTISMO E RELAÇÕES POLÍTICAS: “Milagre Maranhense” em ação**

As conexões econômicas em favor do desenvolvimento foi um ponto importante nas muitas dinâmicas implantadas nos governos, de nível federal e estadual, ao longo da Ditadura Empresarial-Militar, discurso esse levado ao período do “Milagre Econômico” nas antecedentes aberturas aos investimentos do capital estrangeiro, mas também as perspectivas diante um “novo” encaminhamento político e econômico. Dessa forma, uma das primeiras reformulações ocorreu com a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)<sup>5</sup> – posteriormente teria uma estreita relação com o “Milagre Econômico” –, visando a superação do alto índice inflacionário e a redução do Produto Interno Bruto (PIB).

Monica Piccolo (2012) menciona que “a política do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que então vinham estruturando a política brasileira” (PICCOLO, 2012, p. 131), significando que esse Plano de Governo dava início à abertura para as políticas do “Milagre” se tornarem concretas.

Além disso, Piccolo (2010) cita o chamado “Plano de Metas” para a estruturação da economia, são eles: i) acumulação dos últimos cinquenta anos; ii) expansão (prévia) do setor produtor de bens de produção (realizado no governo Vargas) e, iii) perspectiva de se alcançar uma expansão mais equilibrada entre os três departamentos básicos: produtor de bens de produção (Departamento I), produtor de bens de consumo não-duráveis (Departamento II) e produtor de bens de consumo duráveis (Departamento III) (PICCOLO, 2010, p. 123).

---

<sup>4</sup>Grande extensão de terra (propriedade agrícola), pertencente a uma pessoa, grupo familiar ou empresa que caracteriza pela exploração intensiva e extensiva dos recursos provenientes do local.

<sup>5</sup>“O PAEG foi implantado no bojo da mudança político-institucional provocada pelo movimento militar de 1964 e em contexto de aguda instabilidade econômica agravada por conflitos de natureza sociopolítica. No período pré-1964, inflação crescente e crises no balanço de pagamentos forma resultados de políticas monetárias extremamente expansionistas, seja para financiar déficits públicos ou para acomodar a expansão de crédito ao setor privado pelos bancos oficiais e privados. Não foi por outra razão que o combate à inflação constitui-se no principal objetivo do plano de estabilização do período de 1964-66”. (MOURA, 2007, p. 13).

A questão desenvolvimentista era o alvo desse programa do Estado Restrito, culminando na articulação do capital financeiro vindo do Sistema Financeiro estrangeiro. Com o PAEG em vigência, o tripé se consolidava nas reformas fiscal, monetária e salarial, atingindo no binômio crescimento e redução da inflação (PICCOLO, 2010, p. 127). Assim, todo o projeto político se interligava em outros setores da sociedade civil, conseqüentemente, nos estados da federação brasileira. Dessa forma, o Maranhão adentra nessa perspectiva interligando-se e fazendo interfaces com a política e economia no âmbito nacional.

Com as primeiras medidas do PAEG, o problema dos elevados índices de inflação seria o principal desafio a ser resolvido, haja vista que a abertura ao capital estrangeiro gerava a necessidade de estabilização da inflação, ao lado da implementação de medidas de segurança por meio das prerrogativas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento.

Tendo optado pelo gradualismo, as autoridades reconheceram que por um longo período teriam que “conviver com a inflação”, o que as conduziu à criação de um sistema abrangente de indexação que em princípio deveria restringir-se aos ativos financeiros. Com base nesse mecanismo de “correção monetária” foi possível reformar e aperfeiçoar o sistema financeiro, criando-se ativos financeiros que canalizaram recursos para atender as necessidades de financiamento do déficit público (PASTORE; PINOTTI, 2007, p.30).

Nessa concepção, a economia presente começava a rumar em direção às condições que viabilizaram o “Milagre Econômico”, fortalecendo a importância e a urgência na implementação das medidas presentes no PAEG, inclusive no que se refere aos incentivos às Superintendências. Assim, o início da fase de aceleração de crescimento econômico começava a se tornar transparente, ocorrendo, o início em 1967, do *boom* econômico.

A partir de 1967 iniciou-se uma fase de crescimento econômico acelerado, que durou até o final dos anos de 1970. O crescimento acelerado daquele período foi permitido pelas reformas introduzidas pelo PAEG e, em parte, liderado pelo crescimento das exportações, gerado por duas forças propulsoras: o crescimento acelerado do comércio mundial até 1973 e os subsídios fiscais e creditícios às exportações. (PASTORE; PINOTTI, 2007, p.30).

Diante do exposto, fica claro a profunda relação entre o projeto político que chega ao poder em 1964 e a reconfiguração da política econômica, marcada, a partir de então, pelos estreitos laços com o capital internacional e incentivadora da atuação da Superintendências como ferramentas capazes de promoção do desenvolvimento dos mais diversos estados da Federação.

Nas perspectivas a favor do desenvolvimento nas dinâmicas maranhenses, o governo Sarney foi marcado na questão do desenvolvimento imediato, ou seja, a política de

retirada do Maranhão da “obscuridade corrupta” do *vitorinismo* seria o primeiro dos diversos aspectos a se questionar e agir. Nas palavras do novo governo o progresso e o desenvolvimento eram os pontos principais para se alcançar, Monica Piccolo cita a pretensão do então governo, “o progresso era materializado nas estradas que cortariam o Maranhão e na eletricidade” (PICCOLO, 2015, p.77). Significa dizer que, o desenvolvimento só poderia ser concreto com a entrada de José Sarney ao governo do estado e, assim, acoplar o Maranhão às dinâmicas federais da Ditadura Empresarial-Militar. Cabe ressaltar, que, com o apoio da Ditadura, José Sarney teve notoriedade no processo de candidatura e, posterior, ganho de eleição. Como seria possível retirar um estado imerso nas fraudes e torná-lo importante? Uma das principais repostas seria o grande apoio dos Aparelhos Privados de Hegemonia na conjuntura política, determinando “novos tempos” ao Maranhão, depois a ação das Superintendências de Desenvolvimento para o desenvolvimentismo acelerado.

Na caracterização da preposição nas relações políticas e econômicas presentes no estado em consonância com a instância federal, está a prerrogativa singular que o Maranhão começa a destacar, quer dizer, com as vigências dos Planos políticos tomando ascendência constituiria as práticas das dinâmicas no Maranhão, destacando os setores de: a) Infraestrutura; b) Industrialização; c) Sociedade e d) Questão da Terra.

O desenvolvimento implica em duas frentes: Estado e Capital, condicionando as ações dialéticas política-economia nas diversas implicações no desenvolvimentismo, ou seja,

O mercado interno está inevitavelmente vinculado ao externo. Há muito que o capitalismo criou um mercado mundial. E, à medida que aumentava a exportações de capitais e se ampliavam, sob todas as formas, as relações com o estrangeiro, assim como as “esferas de influência” das maiores associações monopolistas. (LENIN, 2012, p. 99)

Nesse sentido, a associação entre as ações do Estado, frente às políticas estadistas envolvendo diretrizes governamentais em questões centrais e relevantes, e do Capital, utilizando mecanismos da Sociedade Civil no âmbito do empresariado, são de grande importância na legitimação do então projeto hegemônico em pleito. Observa-se, portanto, que os desenvolvimentos das propostas econômicas e políticas tinham uma função e aplicabilidade afim, ou seja, era necessário pôr em prática os planos que então viriam a se tornar hegemônicos e, justamente, a estreita relação entre empresariado-governo era a principal hegemonia a ser levada em conta, não deixando de lado o apoio significativo dos jornais na manutenção do consenso diante os projetos.

Diante disso, o jornal *O Imparcial* apresenta argumentações de Sarney para que haja investimentos vindos diretos do empresariado tanto nacional quanto internacional, abrindo o leque de possibilidades na aplicação do capital, apontando os recursos naturais presentes e os projetos de infraestrutura já em andamento, ou seja, o intuito era atrair a inversão de capital.

O governador José Sarney nos repetidos encontros que tem tido com os investidores nacionais, no entanto tem explicado as imensas possibilidades que o Maranhão oferece para a inversão de capitais enumerando as grandes riquezas nacionais, ainda inexploradas. O objetivo do chefe de estado maranhense, nesses encontros, é atrair a atenção das elites produtivas nacionais para o Maranhão, de modo a apressar o processo de industrialização do nosso Estado. Nesses encontros, o governador tem alinhado todas as facilidades que o governo do Estado concede aos interessados na inversão de capitais, no Maranhão, bem como os benefícios de caráter fiscal, que trarão para a instalação as indústrias, de qualquer espécie, no Maranhão. (*O Imparcial*, 01/03/1967, p. 03).

Com isso, os investimentos advindos do capital nacional e multinacional teriam outra parcela significativa para a atuação dos projetos desenvolvimentistas que seriam importantes na dinâmica econômica do Maranhão: a atuação das Superintendências de Desenvolvimento.

As Superintendências atuantes no Maranhão – o único estado da federação brasileira a receber incentivos financeiros de duas agências estatais ao mesmo tempo – eram a SUDENE e SUDAM. “Havia os investimentos que vinham das superintendências de desenvolvimento, SUDENE e SUDAM, que promoviam e incentivavam grandes projetos no seio do Estado para alavancar o próprio Estado” (MENDES, 2016, p. 331), ou seja, os investimentos que eram licitados pelo governo eram enviados pelas Superintendências, condicionados pelo nível e área do licitante e, assim, ocorrer a predisposição do capital diante a argumentação frente à aplicação.

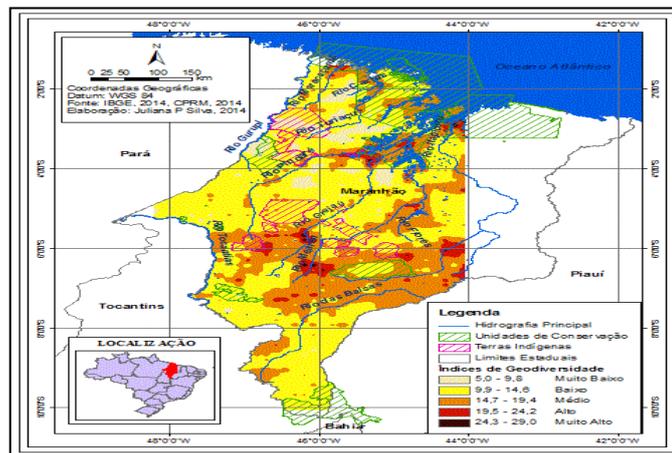
É pertinente destacar que a SUDENE tinha alvos específicos voltados ao desenvolvimento e a investimentos nos setores da industrialização e infraestrutura, mas também nos setores da agroindustrialização, apesar de ser um fator determinante nas ações governamentais em prol das licitações nas diversas áreas econômicas presentes no Maranhão, ou seja, apresentava pontos importantes na atuação política do estado. A exemplo disso *O Imparcial* destaca acerca da movimentação capitalista da SUDENE,

Ao nosso Estado caberá a parcela de NCr\$ 6.177,00 para aplicação nos oito projetos em execução em território maranhense. Por outro lado, a diretoria financeira da autarquia autorizou a liberação em favor da AGROPEMA de recursos da ordem NCr\$ 398.208,00 em cumprimento ao cronograma previsto no projeto aprovado por aquele organismo de desenvolvimento regional. (*O Imparcial*, 10/05/1970).

Já no caso da SUDAM, o interessante estava na aplicação nos setores de agropecuário e agroexportação, ou seja, o descerramento ao capital estrangeiro e a entrada de empresas estrangeiras foram de fundamental importância na questão da problemática da terra, grilagem e latifúndio, sobretudo, no interior do Maranhão, mas também nos investimentos em prol da elite empresarial maranhense em fundamentar as indústrias voltadas ao agroexportação modernas e que chamassem atenção dos investidores.

Desse modo, as relações de investimentos por parte da SUDENE e SUDAM são interessantes, pois a atuação da SUDENE foi mais significativa do que a SUDAM, no sentido de abrangência, conforme a figura abaixo.

**Figura 1. Mapa da Amazônia Legal**



Fonte: **Mapeamento de índices de geodiversidade da Amazônia Legal maranhense**. Disponível em: <<http://www.sinageo.org.br/2014/trabalhos/4/4-399-486.html>>. Acessado em 15/03/2017.

Na parte colorida compreendida pela Amazônia Legal<sup>6</sup> (oeste do Maranhão 44° em relação ao GMT) a atuação da SUDAM é mais intensa. Na parte branca, leste do Maranhão, em

<sup>6</sup> Para integrar uma região sempre pouco povoada e pouco desenvolvida, a Lei 1.806, de 06/01/1953 criou a (hoje extinta) Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e anexou à Amazônia Brasileira, os estados do Maranhão, Goiás e Mato Grosso. Aquele dispositivo legal também definiu que esta área seria chamada de Amazônia Legal, e através dela se concentrariam os esforços para combater o subdesenvolvimento econômico daquela parte do país. Em 1966, a SPVEA foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), órgão que além de coordenar e supervisionar programas e planos de outros órgãos federais, muitas vezes mesmo os elaborava e executava.

Os limites da Amazônia Legal foram estendidos várias vezes em consequência de mudanças na divisão política do país. A sua forma atual foi definida pela Constituição de 1988, que incluiu Tocantins, Roraima e Amapá. Atualmente a região é responsável por uma nova versão da SUDAM, autarquia federal criada pela Lei Complementar nº124, de 3 de janeiro de 2007 e vinculada ao Ministério da Integração Nacional. A Amazônia Legal é uma área de 5.217.423 km<sup>2</sup>, que corresponde a 61% do território brasileiro. Além de abrigar todo o bioma Amazônia brasileiro, ainda contém 20% do bioma Cerrado e parte do Pantanal matogrossense. Ela engloba a totalidade dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins e parte do

tese, seria somente a atuação da SUDENE, porém a autarquia destaca-se de maneira significativa em diversos setores maranhenses, inclusive nas áreas para além da industrialização, quer dizer, era necessário modernizar o país e, conseqüentemente, os investimentos das Superintendências era crucial, além de compreender o Maranhão como todo, não se limitando a pequena parte (em branco) situado a oeste.

É interessante frisar que a atuação da SUDAM estava interligada à Amazônia Legal e tinha como uma das principais prerrogativas o avanço no setor agroexportador, isto é, com a modernização promovida na política do “Maranhão Novo” os avanços nos setores da agricultura e pecuária eram de grande valia. Segundo Asselin,

A SUDAM também atuou em cheio, promovendo e incentivando os grandes projetos. Estar de posse de uma área de 20 mil a 60 mil hectares era condição prévia para merecer atenção da SUDAM. Os interessados, então, faziam uma carta-consulta à SUDAM, onde apresentavam um projeto agropecuário ou madeireiro, com todas as fases de execução já programadas, e aguardavam respostas. (ASSELIN, 2009, p.165).

Já no caso da SUDENE, os investimentos estavam em diversos setores: industrialização, infraestrutura, questão da terra; ampliava o leque de possibilidades de atuações no Maranhão. Além disso, a execução financeira da Superintendência estava diretamente relacionada à entrada do capital estrangeiro e à implantação de empresas multinacionais no estado. Porém, houve a necessidade de criação de um órgão que recebesse e redistribuísse esses investimentos. Nessa conjuntura, cria-se pela Lei nº 2669, de 29 de Julho de 1966, a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão, que tinha como intuito,

É criada a Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA de natureza autárquica com o objetivo de planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico e social do Maranhão, visando, especialmente, aos seguintes fins, no âmbito da administração centralizada e descentralizada. A) estudar e propor diretrizes para o desenvolvimento do Estado; B) executar diretamente ou mediante convênio, acordo ou contrato, os programas pertinentes e realização de seus objetivos e integrantes do Plano de Governo; C) coordenar programas de assistência técnica, nacional ou externa, ao Estado e aos Municípios; D) promover o treinamento, capacitação, a formação e o aperfeiçoamento do pessoal necessário à execução dos programas integrantes do Plano do Governo (Legislação SUDEMA, 29 de Julho de 1966).

Com isso, após a legislação e promulgação da SUDEMA, os investimentos advindos, tanto da SUDENE quanto da SUDAM, eram recebidos por esse órgão e, posteriormente, destinados às devidas licitações nas áreas solicitadas, que estivessem com os investimentos designados. Além disso, foi a partir realizações da SUDEMA que se deu o ponto de partida para a questão da concentração de terra e o latifúndio, consolidado no momento de aprovação da Lei de Terras de 1969, ou seja, com as atribuições dos investimentos feitos pela SUDEMA estreitam-se as relações com o grande empresariado rural e, também, ampliam-se os investimentos estrangeiros para a aplicação e implantação de capital por meio das empresas, haja vista a facilidade que o governo do Maranhão proporcionava, dentro da política desenvolvimentista do “Milagre Maranhense”.

No entanto, observa-se a complexidade nas ações do Estado Restrito e do capital estrangeiro na inserção da política referente à consolidação nos diversos aspectos do latifúndio, política econômica, industrialização e infraestrutura, promovendo, segundo Octavio Ianni, “o novo ciclo de globalização do capitalismo” (IANNI, 2004, p.39) uma vez que as dinâmicas do mercado monetário e mercantil se inter-relacionam, segundo Marx;

O sistema monetário e mercantil declara que o comércio mundial e os ramos especiais do trabalho nacional, que desembocam diretamente no comércio mundial, são as únicas fontes verdadeiras da riqueza e do dinheiro, convém observar que, naquela época, a maior parte da produção nacional apresentava ainda formas feudais e servia de manancial imediato de subsistência aos próprios produtores (MARX, 2008, p.201).

Nesse aspecto, as proposições para os investimentos nos setores rurais foram de grande relevância para as liberações das licitações da SUDENE e para a entrada do capital estrangeiro. Assim, José Sarney, como governador do estado do Maranhão, lançava essas licitações para o ganho de aplicação de capital.

Assim falamos na parte do desenvolvimento urbano, ocasião em que tratamos não só sobre o plano de habitação, como também de um programa específico que estamos pondo em execução já, se bem que ainda numa fase preparatório, mas já com algumas medidas positivas. Refiro-me ao Programa de Ação Concentrada do Ministério do Interior que terei oportunidade, a seguir, de tecer considerações maiores. No que toca ao desenvolvimento rural, achamos que no Ministério do Interior nós poderíamos cuidar de irrigação e então falamos do que temos feito e pretendemos realizar a irrigação. Falamos a respeito dos trabalhos a carga do GERAN<sup>7</sup>. [...] Posso adiantar que ouve grande interesse sobre o assunto, talvez mesmo o assunto que mais interesse despertou, já tendo, inclusive, atravessado as fronteiras e despertando o

---

<sup>7</sup>Grupo Especial para Racionalização da Agroindústria Canavieira do Nordeste.

interesse de vários países em mais de um continente (ATA SUDENE 108, 25/06/1969, p.13).

Contudo, as questões dos investimentos por parte do capital estrangeiro e das Superintendências de Desenvolvimento foram de grande importância para a dinâmica de desenvolvimento do capitalismo no Maranhão.

Em face de todo o exposto a Secretaria Executiva solicita a esse Conselho autorização para participar do aumento de capital da CEMAR, mediante a incorporação de bens, ficando, entretanto, a aludida participação condicionada à aprovação, por esse Conselho Deliberativo, do laudo de avaliação antes mencionado. (PROPOSIÇÃO SUDENE 01, 09/01/1969, p.02).

### Organograma 1. Atuações das Superintendências no Maranhão

#### SUDENE

- Industrialização e Infraestrutura.
- Incentivos ao Capital Financeiro.
- Investimentos Estatais.

#### SUDEMA

- Planejar, coordenar e controlar a política do desenvolvimento econômico do Maranhão.
- Administração centralizada e descentralizada.
- Receber e distribuir investimento advindos da SUDAM e SUDENE.

#### SUDAM

- Investimentos Agropecuários.
- Industrialização.
- Abertura ao Capital Financeiro Estrangeiro nos setores da terra.

\*Elaboração Própria.

Além disso, a questão do desenvolvimentismo por meio do “Milagre Maranhense” era o que gerava a engrenagem do impulsionamento para as realizações dos diversos setores ligados à elite empresarial em consonância com o governo, pois era necessário gerar bons resultados em prol de um complexo capitalista ligado ao governo federal. Dessa forma, era de suma relevância estimular os investimentos estatais e privados para então alavancar a economia regional. Diante disso, Dreifuss (1989) analisa a forma como o capital se molda à lógica governamental e por uma profunda relação com os Aparelhos Privados de Hegemonia com o Estado, ou seja, as estreitas relações vão promulgar as efetivas aplicações em benefício do desenvolvimento e ao mesmo tempo classificar a “boa” postura dos governantes e empresários, caracterizando-os como Intelectuais Orgânicos em favor da hegemonia.

Apesar do domínio econômico, a estratégia do capital monopolístico transnacional no Brasil e dos interesses financeiro-industriais locais para expressar suas demandas a nível de Estado nacional não se limitava a uma mera imposição econômica. Dependia sobretudo de suas ações políticas. O controle sobre as diretrizes econômicas das empresas era assegurado pela utilização de diretores e profissionais brasileiros que acumulavam funções estatais influentes e proporcionavam apoio político através dessas posições. Suas atividades, relacionadas ao *macro-marketing*, direcionavam-se de maneira a assegurar condições políticas favoráveis para a produção e eram determinadas pelas diretrizes econômico-políticas de alcance nacional das companhias multinacionais. (DREIFUSS, 1986, p.72).

Assim, as dinâmicas entre Capital e Estado – Sociedade Civil e Sociedade Política – está diretamente ligado aos interesses da classe burguesa brasileira, sobretudo, a maranhense no condicionamento das políticas hegemônicas diante interesses maiores, além de estarem ligados ao projeto desenvolvimentista do “Milagre Maranhense” na retirada do Maranhão das perspectivas do cenário nacional. Com a postura de favorecimento dos Aparelhos Privados de Hegemonia, as associações se tornam mais visíveis e significativas, acarretando o consenso diante o desenvolvimento do Estado e as conexões com investimentos estatais e privados.

## CONCLUSÃO

Com a entrada de José Sarney ao governo do estado do Maranhão, o processo de configuração das medidas políticas e econômicas seria posto em prática, pois o projeto do “Maranhão Novo” destacaria um novo paradigma ao Maranhão. O apoio dos militares foi essencial para que as políticas econômicas adentrassem ao estado, concretizando as novas possibilidades de investimentos e infraestrutura do Maranhão. Sendo assim, a hegemonia do “Milagre Maranhense” seria um fator significativo para o início da implantação da oligarquia sarneísta e a “admiração” da figura de José Sarney por meio dos Aparelhos Privados de Hegemonia – os jornais.

Além disso, as ações das Superintendências – SUDENE, SUDAM E SUDEMA – foram essenciais para a predisposição do governo Sarney, pois já destacava o principal foco no alcance do desenvolvimentismo nos diversos setores da sociedade maranhense. Cabe ressaltar, que o discurso de um “novo tempo” ao Maranhão já demonstrava a pretensão de José Sarney, mesmo que a questão do desenvolvimentismo, efetivamente, fosse desenvolvida apenas no período do “Milagre Econômico”; dessa forma, o Maranhão já apresentava suas particularidades e singularidades frente ao cenário nacional.

## REFERÊNCIAS

### 1) FONTE

#### Reportagens:

“O Novo Maranhão”. **O Dia**, 11/06/1966.

“Sarney explica a investidores as possibilidades do Maranhão”. **O Imparcial**, 01/03/1967.

“SUDENE destina novos recursos: Maranhão”. **O Imparcial**, 10/05/1970.

### 2) LEGISLAÇÃO

**BRASIL**. ATA 108 – SUDENE. Recife, 25 de Junho de 1969.

**BRASIL**. PROPOSIÇÃO 01 – SUDENE. Recife, 09 de Janeiro de 1969.

**MARANHÃO**. Superintendência de Desenvolvimento do Maranhão – SUDEMA, São Luís, 29 de Julho de 1966.

### 3) BIBLIOGRAFIA

ASSELIN, Victor. **Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás**. Imperatriz, MA: Editora Ética, 2009.

COSTA, Wagner Cabral da. **Sob o signo da morte: decadência, violência e tradição em terras do Maranhão**. Campinas, SP: Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciência Humana, 2001.

\_\_\_\_\_. **Do “Maranhão Novo” ao “Novo Tempo”**: trajetória da oligarquia Sarney no Maranhão. São Luís: UFMA, 1997.

\_\_\_\_\_. Novo Tempo/ Maranhão Novo: quais os tempos da Oligarquia?. In. SOUSA, Moisés Matias Ferreira de (org.). **Os outros segredos do Maranhão**. São Luís: Editora Estação Gráfica, 2002, p. 13-24.

DREIFUSS, René. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

IANNI, Octavio. **Capitalismo, violência e terrorismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, Raíssa Caroline Macau. O Maranhão em Tempos de Milagre: política desenvolvimentista no governo Sarney (1966-1970). IN: PICCOLO, Monica (org.). **Ditadura e Democracias no Mundo Contemporâneo: Rupturas e Continuidades**. São Luís: Editora UEMA, 2016.

MOURA, Alkimar R. Apresentação. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PASTORE, Affonso Celso; PINOTTI, Maria Cristina. O PAEG e as políticas econômicas dos anos 1960 e 1970. IN: MOURA, Alkimar R. (org.). **PAEG e Real: dois planos que mudaram a economia brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

PEREIRA, Robson Raimundo Silva. **Maranhão crisálida? Práticas discursivas e redes de relações sociais no governo de José Sarney (1966-1970)**. São Paulo: UFSCAR, 2008.

PICCOLO, Monica. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Collor e Fernando Henrique Cardoso**. Niterói, RJ: Tese de doutorado, 2010.

\_\_\_\_\_. PND e PED: agentes e agências na construção da hegemonia do projeto privatista (1964-1974). IN: GUIMARÃES, Carlos Gabriel; PIÑEIRO, Théó Lobarinhas; CAMPOS, Pedro Henrique P. (org.). **Ensaio de História Econômico-Social: séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: EDUFF, 2012.

\_\_\_\_\_. O Sarneísmo rumo ao Poder: disputas eleitorais e o projeto “Maranhão Novo”. IN: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana de. **Maranhão Republicano em foco: Estado, Imprensa e Historiografia**. São Luís: Editora Shalom/ EDUEMA, 2015.